

Greenwashing na Amazônia

Como os bancos destroem a floresta enquanto fingem ser verdes

RESUMO EXECUTIVO

As políticas bancárias de fato protegem as pessoas e a natureza contra riscos?

Este relatório analisa como as políticas de gestão de riscos ambientais e sociais (ESRM, como na sigla em inglês) dos principais bancos que financiam a extração de petróleo e gás na Amazônia não contemplam plenamente os impactos adversos de seus financiamentos sobre as pessoas e a natureza. **Nos últimos 20 anos, apenas seis bancos – Citibank, JPMorgan Chase, Itaú Unibanco, Santander, Bank of America e HSBC – foram responsáveis por quase metade (46%) de todo o financiamento direto a operações de exploração de petróleo e gás na Amazônia.**

A maioria desses bancos afirma defender os direitos humanos e a proteção ambiental, mas, com exceção do HSBC, eles continuam financiando operações de empresas estatais e privadas de petróleo e gás no Brasil, Peru, Colômbia e Equador. E, mesmo assim, divulgam, em seus sites, relatórios e materiais promocionais com declarações que dão a impressão de que estão tendo sucesso na proteção do meio ambiente e dos direitos humanos por meio de seus processos de *due diligence*. **Este estudo indica que os bancos fazem uso da tática do *greenwashing* para mascarar sua contribuição para os impactos adversos na Amazônia. Embora tenham assumido o compromisso de combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a exploração dos povos indígenas, dando a impressão de que estão protegendo as pessoas e a natureza, os bancos continuam a financiar operações devastadoras.**

As políticas de ESRM que falham em eliminar alguns dos desenvolvimentos mais poluentes e destrutivos envolvendo combustíveis fósseis deixam de responder à crise climática em um momento em que a ciência deixa claro que qualquer novo projeto de combustíveis fósseis ameaça nossa capacidade de garantir um futuro estável. A Amazônia é a região com maior biodiversidade da Terra e lar de mais de 500 povos indígenas diferentes, no entanto, **mais da metade do território amazônico (59%) não é considerado adequadamente nas políticas de ESRM das principais instituições que financiam o setor de petróleo e gás na Amazônia. Quando as exclusões do HSBC na Amazônia são desconsideradas, as exclusões dos outros cinco principais bancos citados no relatório cobrem em média apenas 4% da Amazônia, e 25% quando são considerados os filtros negativos. Isso deixa uma média de 71% da Amazônia sem políticas de gestão de risco no que tange às mudanças climáticas, à biodiversidade, à cobertura florestal e aos direitos dos povos indígenas.**

	% ÁREA EXCLUÍDA	% ÁREA COM FILTROS NEGATIVOS	% COBERTURA TOTAL DA GESTÃO DE RISCO	% SEM COBERTURA
JPMC	2%	14%	16%	84%
Citibank	2%	44%	46%	54%
Itaú Unibanco	0%	0%	0%	100%
Santander	16%	24%	40%	60%
Bank of America	0%	45%	45%	55%
Média	4%	25%	29%	71%

Tabela 1. Dos principais bancos que financiam o petróleo e o gás na Amazônia, apenas o HSBC tem políticas que cobrem toda a Amazônia. Os outros cinco principais bancos têm políticas que deixam, em média, 71% da Amazônia sem uma gestão adequada dos riscos ambientais e sociais. Fonte: Stand.earth Research Group.

Usamos uma abordagem inovadora para mapear os valores ambientais e sociais, incluindo biodiversidade, cobertura florestal, áreas de proteção e territórios indígenas. Os resultados do mapeamento indicam que, **com exceção do HSBC, as políticas de gestão de risco de nenhum dos bancos protegem de maneira suficiente os principais valores ambientais e sociais na Amazônia contra o risco de impactos adversos causados pelo setor de petróleo e gás.** Por exemplo, a única exclusão do Citibank que se aplica às operações de petróleo e gás na Amazônia diz respeito aos locais onde se encontram os Patrimônios Mundiais da Unesco, que representam apenas 2% da região.

Além da escassez de cobertura geográfica, este relatório revela que muitas transações financeiras são estruturadas de modo a minimizar a identificação, a categorização e a priorização dos valores ambientais e sociais nas políticas de gestão de riscos dos bancos. Para determinar se negociações que contornam as exclusões e os filtros são comuns, foram analisadas mais de 560 transações envolvendo atividades de petróleo e gás na Amazônia por meio da base de dados [Amazon Banks Database](#). **De acordo com essa base de dados, 72% de todas as transações de financiamento de combustíveis fósseis ligadas ao setor de petróleo e ao gás na Amazônia são estruturadas de forma a não permitir um processo de devida diligência detalhado.**

O tipo de transação mais predominante encontrado na base de dados Amazon Banks Database é o financiamento sindicalizado para “fins corporativos gerais” (GCP, na sigla em inglês), que representa 50% de todas as transações na base de dados. As transações envolvendo financiamentos sindicalizados para GCP normalmente não ativam as exclusões e os filtros relacionados a projetos, que são comuns nas políticas de ESRM dos bancos, nem envolvem uma devida diligência rigorosa por parte dos bancos, a menos que haja um acordo com os parceiros do consórcio, que podem hesitar em complicar ou aumentar o custo da transação. Depois que os títulos são emitidos, a capacidade do banco de influenciar a forma como os recursos são usados diminui significativamente, reduzindo a influência de longo prazo sobre as atividades dos clientes.



No entanto, essas transações permitem que os bancos mantenham a conformidade com as políticas de ESRM, limitem passivos, incluindo os impactos causados pelos clientes, uma vez que esses riscos são diluídos pelo consórcio, e continuem a atuar junto a clientes que exploram combustíveis fósseis para supostamente ajudá-los a mitigar os riscos climáticos, apesar da eficácia limitada da subscrição de títulos nesse contexto.

O relatório contém relatos poderosos sobre os impactos nocivos das operações de petróleo e gás na Amazônia por parte de organizações que representam os povos indígenas. Em 2021, por exemplo, dois oleodutos rompidos deixaram vaziar quase 2 milhões de litros de petróleo nos rios Napo e Coca, no Equador, causando graves impactos à saúde e ao meio ambiente, que devastaram as comunidades Kichwa. No Peru, mais de 250 derramamentos de petróleo no oleoduto Norperuano ameaçam a saúde e o bem-estar dos povos indígenas, enquanto grandes bancos, como JPMorgan Chase, o Santander e o HSBC, financiam a expansão de uma enorme refinaria que aumentará a demanda por petróleo na região. Ainda no Peru, a saúde e o bem-estar dos povos indígenas isolados também foram gravemente afetados pela invasão de campos de gás em seus territórios tradicionais na última década, ainda assim, em 2023, bancos como o Bank of America e o Citibank forneceram novos financiamentos para o projeto.

A Amazônia já perdeu mais de um quarto de sua cobertura florestal, e os cientistas acreditam que uma perda ainda maior dessa cobertura levará a região a um ponto de não retorno, com a função hidrológica ficando gravemente prejudicada. A coalizão Amazônia pela Vida, que inclui parceiros que ajudaram na elaboração deste relatório, pede que 80% da Amazônia seja protegida até 2025 para evitar chegarmos a esse ponto de não retorno. **Uma parte fundamental desse trabalho é discutir o papel que um número relativamente pequeno de bancos desempenha no fluxo de crédito para operações de petróleo e gás na Amazônia.**

De modo geral, as conclusões deste relatório indicam que os bancos estão falhando em identificar e gerenciar os riscos às pessoas e à natureza decorrentes da extração de combustíveis fósseis em sua real dimensão, enquanto a região que é lar da maior biodiversidade da Terra está sob uma grave ameaça. **Se os bancos quiserem de fato se comprometer com os valores que afirmam defender, suas políticas devem abranger categorias mais amplas de proteção e negociação.** Isso envolve a implementação de exclusões e filtros rigorosos que aumentem os custos das atividades de petróleo e gás, mitigando os impactos adversos da extração de combustíveis fósseis e tornando os investimentos em energia renovável mais atraentes do ponto de vista financeiro.

Para os bancos, a primeira medida é abandonar imediatamente as atividades de petróleo e gás na Amazônia com o objetivo de ajudar a evitar a crise e o ponto de não retorno e proteger 80% da Amazônia até 2025. Os bancos devem se comprometer a:

1. Não realizar novos financiamentos e investimentos em petróleo e gás
2. Acabar com os atuais financiamentos e investimentos em petróleo e gás
3. Encerrar o financiamento comercial de petróleo e gás
4. Acabar com o financiamento corporativo para comerciantes de petróleo
5. Ajustar as carteiras de financiamento levando em conta o cenário do ponto de não retorno iminente na Amazônia e promover a proteção de 80% da Amazônia até 2025